



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

BRUNA CARLA DA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO**

DOURADOS/MS

2014



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

BRUNA CARLA DA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, junto à Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob orientação da Prof.^a Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza.

DOURADOS/MS

2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA CARLA DA SILVA

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA

() MONOGRAFIA

(x) ARTIGO

BANCA EXAMINADORA

Profª. Me. Ilma Regina Castro Saramago de Souza
Orientadora

Prof. Dr. Pablo Christiano Barbosa Lollo
Professor da Disciplina de Trabalho de Graduação

Profª. Dra. Morgana de Fátima Agostini Martins
Avaliadora

DOURADOS/MS

2014

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO

Bruna Carla da Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a inclusão escolar de uma aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física em uma escola estadual na cidade de Dourados, MS. A metodologia utilizada nesse estudo caracteriza-se com uma pesquisa qualitativa, através do estudo de caso, cuja coleta de dados foi realizada pelos instrumentos da observação e da entrevista. Concluiu-se ao finalizar o estudo que a inclusão escolar ainda é um grande desafio para a aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física, pois a falta de estrutura da escola, quanto a sua quadra esportiva, quanto aos materiais específicos para serem utilizados nas aulas é evidente. Espera-se que os resultados da pesquisa possam fomentar novos questionamentos e novas discussões sobre a inclusão de alunos deficientes, em especial alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Física. Inclusão Escolar. Paralisia Cerebral.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la inclusion escolar de una alumna con parálisis cerebral en Educación Física en una escuela pública en la ciudad de Dourados, MS. La metodologia utilizada en este estudio, caracterizada com una pesquisa cualitativa atravez de un estudio del caso cuya colecta de dados fue realizada por el instrumentos de observacion y de la entrevista. Concluye al finalizar el estudio, que es un gran desafio para la alumna con parálisis cerebral las clases de Educacion Fisica por la falta de estructura de la escuela ya que su pista deportiva, en cuanto a los materiales específicos para ser utilizados en las clases no hace falta decir nada. Se espera que los resultados del estudio puedan alzar nuevos cuestionamientos y nuevas discusiones sobre la inclusion del alumno com deficiência, en especial a los alumnos com parálisis cerebral en las clases de Educacion Fisica.

Palabras-claves: Educacion Especial. Educacion Física. Inclusion Escolar. Parálisis Cerebral.

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, durante o estágio obrigatório do curso de Educação Física nas séries iniciais do ensino fundamental, em uma escola estadual no Município de Dourados-MS, conheci uma aluna deficiente física, com nove anos de idade, cursando o 4º ano do ensino fundamental, a quem chamarei de Ana.

Posteriormente, como professora substituta na mesma escola, ministrando as aulas de Educação Física, encontrei-me novamente com Ana, que mais uma vez me chamou a atenção. A sua presença nas aulas de Educação Física me despertou para a pesquisa, pois fui estimulada a pensar sobre a inclusão escolar da aluna nas aulas de Educação Física.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a inclusão escolar de uma aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física. Os objetivos específicos são: conhecer a história da Educação Especial e as Políticas Públicas brasileiras voltadas para os deficientes, compreender o processo de inclusão escolar no Brasil, discutir o cotidiano educacional da aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo de caso, cuja coleta de dados foi realizada através do instrumento da observação durante as aulas de Educação Física em uma escola estadual de Dourados, MS. E entrevistas feitas a partir de um roteiro com perguntas para a mãe da aluna e a profissional que acompanha a aluna.

Stubbs e Delamont (1976), afirmam que a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado. Para Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada através do trabalho intensivo de campo.

Quanto ao estudo de caso, de acordo com Goode e Hatt (1968), trata-se de um estudo que se destaca por contribuir em encontrar respostas para uma unidade dentro de um sistema mais amplo. Para Lüdke e André (1986), o estudo de caso possibilita ao pesquisador recorrer a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas com os sujeitos da pesquisa.

Para tanto, a observação e a entrevista têm sido instrumentos significativos no estudo de caso. Segundo Stubbs e Delamont (1976), a observação tem por finalidade adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno estudado, possibilitando ao pesquisador o olhar de perto na coleta dos seus dados.

Lüdke e André (1986) esclarecem que a coleta de dados através do instrumento da entrevista permite a captação imediata e corrente da informação sobre os mais variados tópicos. Para as autoras, uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de

natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

O trabalho está dividido em cinco subtítulos dos quais se observam a seguir: O primeiro subtítulo “Educação Especial: Histórico, Conceitos e Políticas Públicas” descreve a história da Educação Especial, bem como alguns conceitos sobre a temática e as Políticas Públicas implementadas durante o decorrer dos tempos. Para tanto, como base teórica estão Mazzotta (2003), Mendes (2010), a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Plano Nacional de Educação Especial, dentre outros.

No segundo subtítulo “A Inclusão no Brasil”, ainda com base em Mendes (2010) e Rodrigues (2006) será discutido a inclusão no Brasil, desde a segregação dos deficientes. O terceiro subtítulo, “Meu nome é Ana: Um estudo de caso” apresenta o estudo de caso com uma aluna com paralisia cerebral de uma escola do município de Dourados, MS.

No quarto subtítulo, intitulado “Educação Física e a Educação Especial: Alguns diálogos” discute a interface da Educação Especial e da Educação Física, em especial a partir de Gorgatti e Costa (2005), que pontuam que a função da Educação Física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento. Sendo assim, a Educação Física tem uma prática educativa para a aprendizagem de todos os alunos.

Enfim, no último subtítulo “O desafio da Inclusão nas aulas de Educação Física: Alguns apontamentos”. Apresenta os resultados da pesquisa, considerando a inclusão escolar da aluna Ana nas aulas de Educação Física.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: HISTÓRICO, CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Mendes (2010), a história da Educação Especial começou a ser traçada no Século XVI, com médicos pedagogos, que, desafiando os conceitos vigentes até então, passaram a acreditar nas possibilidades educacionais de indivíduos que eram considerados ineducáveis. Porém, podemos destacar desde daquela época que os grandes desafios do acesso à educação para os deficientes foram conquistados lentamente.

No entanto, no final de século XIX, segundo a autora houve um retrocesso na história sobre a educação aos portadores de deficientes e com os esforços educacionais, com isso os cuidados aos deficientes passaram a ser custodial em instituições que existia naquela época.

Com isso, as instituições passaram a ter um papel principal com a meta de estabelecer um tratamento para aqueles que estavam desviantes.

Ainda no século XIX, aconteceu a criação das classes separadas nas escolas públicas que ficaram conhecidas como classes especiais, onde eram atendidas as crianças que não conseguiam avançar o seu potencial acadêmico próximo às outras crianças da mesma faixa etária. Na metade do século XX, com a consolidação de um corpo teórico-conceitual na área do conhecimento científico, um conjunto de propostas pedagógicas e políticas para estabelecer uma organização de serviços educacionais.

Para Mendes (2010, p. 12 apud ARANHA, 2000) caracteriza essa fase como a da Institucionalização, que se fundamentava na crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se fosse confinada em ambiente segregado e construída a parte da sociedade.

Mazzotta (2003) cita que a inclusão da "educação de deficientes", da "educação dos excepcionais" ou da "Educação Especial" na política educacional brasileira veio ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta no século XX, em tempos bastante tardios.

Ainda, na metade do mesmo século, havia uma crença que as pessoas com deficiências seriam bem mais protegidas e cuidadas se estivessem em confinamentos. Nesta mesma época, tinha-se como argumento que as pessoas com necessidades educacionais seriam mais bem atendidas em suas necessidades educacionais se fossem escolarizados em classes ou escolas especiais.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, através do Título III do Direito à Educação e do Dever de Educar no Artigo 4º, estabelece que seja dever do Estado com educação escolar pública atender todas as crianças na educação escolar, inclusive aquelas que têm algum tipo de deficiência, assim não importado qual seja sua deficiência.

Uma das conquistas mais importante para educação especial destaca-se no Capítulo V: da Educação Especial, nos artigos 58, 59 e 60 com seus Parágrafos e Incisos determinam os direitos garantidos as pessoas com deficiências na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme Mantoan (1997), mesmo com as leis estabelecidas, os desafios a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de ministrar um ensino especializado aos

alunos dependem de ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes.

De acordo com Strapasson (2007), as escolas especiais têm papel fundamental no desenvolvimento de crianças, jovens e adultos com deficiência, pois, elas oferecem atendimento especializado, diferente de escolas regulares, que, na maioria dos casos, não tem nada a oferecer a essas pessoas "diferentes", que necessitam de estímulos diferentes, de adaptações, de aceitação.

Através disso, poderemos ter uma visão que as escolas regulares têm o papel mais que fundamental no desenvolvimento na área da aprendizagem de todas as crianças sejam elas “normais” ou com “deficientes”, porém as crianças diferentes dentro da unidade escolar sofrem bastante, pois a falta de estruturas nas escolas e a falta de condições nos recursos com materiais teóricos e práticos são grandes, entretanto, as escolas necessitam de materiais adequados para que assim tenha uma educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais. A falta de profissionais especializados para trabalhar com alunos especiais é cada vez maior em cada canto do Brasil.

A INCLUSÃO NO BRASIL

De acordo com Zanella (2006), no Brasil há procedimentos que geram dados que permitem subsidiar o acompanhamento de Políticas Públicas educacionais, que adotam a perspectiva da inclusão, sobre formação de professores (do ensino regular e especial) e estratégias pedagógicas inclusivas que podem ser adaptadas para a realidade brasileira.

A inclusão escolar no Brasil tem uma longa história para ser construída, e as universidades poderão contribuir para esse processo acontecer. Entretanto, há outros métodos para essa inclusão acontecer no Brasil, à interação das pessoas “normais” na sociedade com as pessoas com deficiência, os benefícios dos direitos a todos, a rejeição em determinados ocasiões das pessoas “normais”, o preconceito nas questões de capacidades e igualdades, na questão da educação, saúde, enfim, em vários aspectos.

Para Mazzotta (2003), no Brasil é grande a falta de atendimento adequado às necessidades escolares de crianças com dificuldade na aprendizagem, capaz de diminuir o índice de evasão e repetência escolar. Assim, a falta de estrutura é consecutiva no Brasil. Um dos métodos que acontece a inclusão no Brasil é no contexto escolar, e as escolas precisam de

apoio governamental e de pessoas mais especializadas para atender os alunos com necessidades especiais nas escolas.

No contexto escolar, a falta de experiência dos professores quando se trata dos alunos com necessidades especiais são gigantes, muitos professores não sabem como lidar com esses alunos e por fim acabam favorecendo a exclusão. Também, a falta de planejamento das atividades adequadas para esses alunos são poucas dentro do contexto escolar, muitos professores não sabem o que passar corretamente, assim acaba esquecendo a participação de todos em uma aula.

Portanto, os professores das escolas tanto estaduais e municipais preferem muitas vezes fazer arranjos, adaptações para práticas ou improvisar os conhecimentos que já se tem do que pesquisar outros novos conhecimentos, tais como: as atividades motoras e principalmente as formas específicas das abordagens daqueles alunos com necessidades especiais.

Os professores sempre precisam ter conhecimento de tais problemas que pode surgir em determinados ocasiões dentro da escola, pois, independente da atuação profissional de cada área, sempre haverá possibilidades de trabalho com alunos com necessidades especiais, tanto faz, como em escolas regulares, municipais, particulares e também em clubes, academias, enfim, em qualquer lugar.

A inclusão escolar no Brasil torna-se frequente cada vez mais, os professores não estão preparados para receber alunos com necessidades especiais em salas regulares e os alunos “normais” sofrem com adaptação dos alunos com necessidades especiais no mesmo ambiente e o entrosamento dos alunos às vezes fica difícil, pois eles não têm a mesma capacidade.

Rosseto (2006) destaca-se que a inclusão escolar, apesar de encontrar resistências por parte de muitos, constitui uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão se concretize, não é suficiente existirem leis que determinem a sua efetivação.

Portanto, o objetivo das escolas é mostrar para todos os alunos sobre os princípios dos valores de igualdade, assim mostrando que todos têm direitos iguais, inclusive sobre a educação nas escolas regulares.

Porém, a falta de estrutura e condições para atender as pessoas com necessidades especiais são muitas e isso não só no contexto escolar e sim em vários aspectos da sociedade.

E, às vezes, algumas pessoas chegam a ser egoísta pela falta de respeito com o próximo, pela discriminação e preconceito.

Para Mendes (2006), a ciência torna-se essencial para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma Educação Especial equivocada que atua contra os ideais de inclusão social e plena cidadania. Por outro lado, é necessário também que o processo de tomada de decisão política privilegie as bases empíricas fornecidas pela pesquisa científica sobre inclusão escolar.

Porém, para que aconteçam mudanças na prática escolar requer um grande potencial em recursos humanos e condições de métodos e percepção para que assim possa ser colocada em prática, pois tendo pessoas preparadas e especializadas não aconteceriam tantas práticas inadequadas. Com isso, a realidade da na sociedade em relação à Educação Especial teria uma visão diferenciada para ser tratar.

Mendes (2006), diz que o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de para garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Rosseto (2006) ressalta que a educação inclusiva, apesar de encontrar sérias resistências por parte de muitos, constitui uma proposta que objetiva resgatar valores sociais voltados com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. No entanto, para que esta inclusão escolar se concretize, não basta apenas existirem leis que determinem a sua efetivação. Neste sentido, o objetivo de todas as escolas é mostrar para todos os alunos os princípios dos valores de igualdade, que todos têm direitos iguais, inclusive sobre a educação nas escolas regulares.

Para Shaffer (2005), o processo de inclusão social das pessoas com necessidades especiais acontece por parte da sociedade, por isso a sociedade precisa ter conhecimento sobre as questões da deficiência para que a inclusão escolar ocorra. Para o autor, a família é de suma importância, visto que a mesma é um instrumento primário de relacionamentos e interações entre os seus integrantes.

O relacionamento entre pais e filhos com necessidades especiais é importante, pois os pais que acompanham os seus filhos, possibilitando a eles a autonomia, os ajuda a adquirir crenças, valores positivos.

MEU NOME É ANA: UM ESTUDO DE CASO

Ana tem 09 anos de idade, cursa o 4º ano do ensino fundamental. Vive com uma família adotiva. Foi adotada com 30 dias de nascida. Segundo sua mãe, através de uma entrevista semiestruturada em sua própria casa e seguido um roteiro com perguntas, relata que a mãe biológica de Ana tem um tipo de doença congênita por isso não conseguiu dar os cuidados necessários à filha.

A mãe relata que Ana nasceu aos oito meses de gestação, com muita dificuldade, e que na hora do parto faltou-lhe oxigênio no cérebro. Devido ao seu lento desenvolvimento a família buscou ajuda médica, e teve como diagnóstico a paralisia cerebral.

Para Basil (2004), a paralisia cerebral é uma denominação geral para englobar transtornos muito diversos, que têm em comum o fato de significarem uma alteração ou alguma perda do controle motor. É causada por uma lesão encefálica ocorrida no período pré-natal ou durante a primeira infância, seja qual for o nível mental da criança afetada.

Dentre as causas da paralisia cerebral estão a anóxia, que é a ausência da oxigenação fetal, como é o caso de Ana, segundo relato de sua mãe. Esta anóxia causa dano ao cérebro que pode ser devido à insuficiência cardíaca grave da mãe, à anemia, à hipertensão, à circulação sanguínea deficiente, à incapacidade dos tecidos do feto para captar o oxigênio, etc.

Basil (2004) afirma que a paralisia cerebral não é uma doença, mas sim um quadro ou um estado patológico. Dessa forma, a criança com paralisia cerebral não deve ser considerada como uma criança doente, mas como uma pessoa com características específicas, das quais decorrem necessidades especiais que pais, amigos, professores e especialistas diversos procuram atender da melhor maneira possível.

Em busca de possibilitar o melhor atendimento possível para Ana, a sua família a levou para Cuiabá, MT, onde ficaram durante três anos, na cidade conseguiram tratamento específico, benefícios como uma cadeira de rodas, um andador e aparelho com botas ortopédicas, bem como o benefício do INSS para Ana.

Embora, o tratamento trouxesse desenvolvimento motor para Ana, pois havia dentre outros recursos, os movimentos na piscina, a família precisou voltar para Dourados e devido à distância entre os estados não foi possível continuar o tratamento, pois apesar de recorrer a

vários órgãos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) as tentativas não foram bem sucedidas na cidade.

Com isso, a mãe por conta própria, foi para Campo Grande, MS, onde iniciou o tratamento da filha no Centro Especializado de Reabilitação (CER), um centro organizado em 2011, parceria entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Campo Grande, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

No CER a Ana continuou o seu tratamento com uma equipe formada por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, técnicos em órteses e próteses, assistentes sociais, educadores físicos e enfermeiros.

Mais uma vez, sem condições de continuar em Campo Grande, devido à distância, o tratamento foi interrompido. Sem um Centro de Reabilitação em Dourados, Ana foi encaminhada para a APAE de Dourados, MS, no entanto em uma das consultas médicas, o médico de Ana aconselhou que ela fosse retirada da APAE, pois ela não é considerada uma “criança repetitiva”.

A mãe conta que a filha é uma criança muito esperta. Dentro de casa faz várias tarefas sozinha, tal como: tomar banho, andar em seu andador, se vestir, brincar de várias coisas etc. Diz também que ajuda e incentiva a filha nos seus desenvolvimentos dentro de casa, assim criando vários modos para o desenvolvimento motor da filha, principalmente motivando-a a caminhar dentro de casa. Ana utiliza uma cadeira de rodas para ir à escola. Durante as aulas ela tem apoio educacional.

Durante, o término da aula e o recreio acontecendo, pude conversar e fazer uma breve entrevista semiestruturada com um simples roteiro de perguntas a profissional que acompanha Ana e ela relata que apesar da aluna ter um ritmo mais lento que os demais alunos na sala de aula, ela tem bom desempenho cognitivo e de devolve satisfatoriamente todas as atividades propostas pelos professores. Dentre as atividades realizadas, a preferida por Ana é utilizar o computador o que faz com facilidade.

A profissional com formação em pedagogia e tendo especialização em Educação Especial relata ainda, que a família tem uma participação efetiva na vida da aluna. Sem a garantia do transporte escolar, a família se reveza diariamente para levar a aluna para a escola, embora o trajeto entre a escola e a casa da família não seja grande, todos entendem a necessidade de acompanhá-la. O acompanhamento escolar, da mesma forma é destacado, pois

a família de Ana a ajuda nas tarefas escolares e nas dificuldades que ela porventura apresente.

Além do acompanhamento diário na escola, a família de Ana a leva toda quarta-feira à tarde (de uma às três horas) em outra escola estadual de Dourados, MS, onde ela recebe atendimento como aulas de reforço escolar, aulas de informática, participa de jogos, faz provas e trabalhos.

Quanto às aulas de Educação Física, na escola, a mãe de Ana relata que entende que a filha poderia utilizar o andador nas aulas de Educação Física, pois este a ajudaria a ter mais mobilidade e interação com os colegas, no entanto, a escola não aceitou que a aluna utilizasse o andador neste período, com a alegação de ser uma responsabilidade muito grande para a escola, pois no caso de um acidente com a aluna a escola seria a responsável, assim a aluna utiliza a cadeira de rodas durante as aulas limitando-a em muitas atividades.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUNS DIÁLOGOS

Desde o final do século XIX, a Educação Física teve uma grande evolução nas escolas públicas e passou a ser obrigatória a existência dela nas escolas. Entre as décadas 1930 a 1950 iniciaram-se as aulas corretivas para os alunos considerados normais dentro das classes de aulas.

De acordo com Sherrill (apud WINNICK, 2004), a forma sucinta a Educação Física naquele período era:

A indicação para a educação física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da educação física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de educação física normal. Os líderes da educação física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. As pessoas que se preparavam para ser professores de educação física geralmente faziam um curso universitário de educação física corretiva (SHERRILL, apud WINNICK, 2004, p.12-13).

A Educação Física, historicamente, tem atendido a vários objetivos no decorrer dos anos, constituindo uma prática tradicional, também excludente, entretanto há uma grande preocupação na prática escolar com a inclusão de todos os indivíduos nas atividades pedagógicas dentro do contexto escolar.

Assim, esta disciplina dentro do contexto escolar Opor meios de atender a todos os objetivos educacionais estabelecidos pela sociedade, na questão de oferecer “educação para a todos”, tem feito uma reflexão na concepção da “educação inclusiva”, por parte de produções científicas, por formas de debates e propostas pedagógicas.

De acordo com os autores Gorgatti e Costa (2005), a função da Educação Física Escolar é educar para compreender e transformar a realidade que nos cercam, a partir de sua especificidade, que é a cultura de movimento. A Educação Física por meio da prática educativa, ou seja, desenvolvida no contexto da educação formal, ou em outros locais, não pode ser deixada de lado no movimento de luta por uma educação mais democrática.

O papel principal da Educação Física nas escolas é a prática corporal, vivenciada pelos movimentos e desenvolvimento físico e psíquico dos alunos. A Educação Física trata da cultura corporal, de movimentos através dos jogos, das lutas, das ginásticas, das danças e dos esportes.

Para Bracht (1999), a prática de atividades motoras no contexto escolar, mais precisamente o componente curricular Educação Física, próprio aos profissionais da área, vem buscando formalizar ao longo dos anos a identidade de seus conteúdos. Sendo assim, depois dos anos se passaram tem-se a certeza da concepção de que os jogos, lutas, esportes, danças e também ginásticas sejam os conteúdos próprios da Educação Física.

A Educação Física é uma disciplina importante, pois tem um papel relevante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente dos alunos com deficiências, tanto no desenvolvimento social, intelectual e como afetivo.

Os autores Pedrinelli e Verenguer (2005), dizem que nesses conteúdos existe um universo enorme de possibilidades de trabalho que deve ser definido de acordo com as necessidades, desejos e potencialidades dos alunos. Um dos pontos que podem ser questionados na atualidade é: Os cursos de Licenciatura em Educação Física têm preparado adequadamente seus profissionais para atuarem em escolas que se pretendem.

Sato, Cardoso e Tolocka (2002) afirmam que a formação de professores de Educação Física é importante para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, porém há a necessidade da reformulação ou adaptação curricular para uma melhor formação. Cruz e Ferreira (2005) ainda acrescentam que esta formação deve preparar os professores para atender as necessidades específicas de alunos com necessidades especiais, em contextos complexos e dinâmicos, bem como é necessário uma boa estrutura física, como por exemplo,

a existência de uma quadra de esportes adequada para ser utilizada no horário de educação física.

Destaca-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que a Educação Física deve oportunizar a todos os alunos, independente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com necessidades especiais não podem ser privados e nem excluídos das aulas de Educação Física.

No Brasil, a inclusão escolar na Educação Física tem sido tratada insuficientemente pelo fato de se considerar e de compreender que a Educação Física não é essencial para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais. Em relação à educação especial destaca-se um documento para suprir as perspectiva de inclusão social e escolar dos alunos com necessidades especiais que seria o documento da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994).

Esse documento tem como seu principal objetivo uma interpretação dos interesses e necessidades de pessoas com necessidades especiais, assim como também interpretar as condutas típicas e as altas habilidades do portador de deficiência. Outro importante documento é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com os dados do Censo Escolar (2006), a educação especial registra a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006.

Portanto, os alunos com necessidades especiais em escolas regulares, municipais e privadas teve um avanço, porém, a falta de preparação dos professores tem trazido à exclusão desses alunos nas salas de aulas. Assim, os professores de Educação Física, não estão adequadamente preparados fisicamente e psicologicamente em ter alunos com necessidades especiais em suas aulas juntos com os alunos “normais”.

O DESAFIO DA INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Durante a observação nas aulas de Educação Física foi possível perceber que Ana é uma aluna cheia de alegria e passa a todos uma energia positiva. Sempre sorrindo ela traz motivação para todos. Apesar de suas limitações e descontrole motor dos membros superiores

e inferiores ela nunca deixa de sorrir. O tratamento feito durante o tempo que esteve em Cuiabá, MT e em Campo Grande, MS possibilitou a Ana um desenvolvimento significativo, pois ela pode mexer seus braços e mãos permitindo a realização de várias atividades, dentre elas pegando o talher com as próprias mãos para se alimentar com a merenda escolar.

Quanto o seu desenvolvimento cognitivo com os colegas observou-se que a aluna é bem aceita por seus pares. Todos a respeitam e demonstram carinho por ela, a ajudam nas suas dificuldades e estão sempre dispostos a levarem de um lugar para o outro nas atividades das aulas de Educação Física. Muitos deles são seus colegas desde o seu primeiro ano escolar.

Nos jogos de memória, de quebra cabeça e outros semelhantes, propostos pela professora, consegue desenvolver seu raciocínio lógico. Normalmente, seus colegas participam junto com ela. A professora de Educação Física sempre tenta inovar os jogos para que Ana possa participar das aulas.

Neste sentido, observou-se a tentativa de inclusão escolar a todo o momento nessa pesquisa, tanto por parte dos seus colegas como por parte da professora. No entanto, esta mesma inclusão escolar não é possível por parte da estrutura escolar.

Para Cruz e Ferreira (2005) são necessário que haja além do preparo profissional, condições físicas para que o aluno seja incluído nas aulas de Educação Física. No entanto, observou-se que a estrutura da escola não está em condições de promover educação escolar adequada para os alunos com necessidades especiais. A quadra, onde todos os alunos são levados à prática das aulas, não possui cobertura, ficam expostos ao sol e em dias de chuvas, não é possível trabalhar, assim, o desempenho dos alunos é prejudicado.

Outra observação foi quanto à precariedade de materiais específicos utilizados para as aulas de Educação Física. Percebeu-se a existências de jogos como de memórias e quebra-cabeça guardados em um armário, no entanto somente estes jogos são insuficientes para uma aula de qualidade.

Além das dificuldades físicas apresentadas pela escola, notou-se que um dos desafios para que a Ana esteja, de fato, incluída nas aulas de Educação Física, são as condições da sua cadeira de rodas. As rodas dianteiras da cadeira estão gastas, dificultando mobilidade da aluna. Não possui cinto de segurança causando instabilidade para a aluna e apreensão para quem a ajuda.

Neste sentido, a situação de Ana é sempre permeada por insegurança e imprevistos, pois para que ela participe de algumas atividades é necessário colocar algum suporte perto de sua cadeira de rodas.

Mediante a falta de estrutura da escola, a falta de materiais específicos, das improvisações existentes durante as aulas de Educação Física, apesar de todo o esforço feito pela professora entende-se que a inclusão para o aluno com paralisia cerebral ainda é um grande desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, constatou-se a evolução histórica da Educação Especial. Os movimentos sociais dos deficientes e seus familiares resultaram em Políticas Públicas que garante ao deficiente uma melhor qualidade de vida. A partir da Constituição Federal Brasileira, da Lei de Diretrizes e Bases e de outros documentos oficiais, os alunos encontram-se matriculados nas escolas regulares, deixando dessa forma os lugares de segregação.

A Educação Inclusiva no Brasil tem sido desafiadora, pois ainda faltam estruturas, planejamentos adequados, ações educacionais mais rigorosas que viabilizem a inclusão escolar. A Educação Física, desde final do século XIX, passou por transformações tanto nas escolas públicas, como privadas. A sua obrigatoriedade nas escolas e nos currículos escolares foi um avanço. Atualmente, as discussões tem sido levantadas acerca da inclusão de alunos deficientes nas aulas de Educação Física, como é o caso deste trabalho.

No entanto, entende-se, a partir dos resultados deste trabalho que há um grande desafio quanto à inclusão de alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física, que tem como objetivo o desenvolvimento global do aluno. Para que não haja a inclusão dos alunos com paralisia cerebral, como é o caso de Ana, sujeito desta pesquisa, é necessário investimento nas escolas, é necessária estrutura física adequada, materiais específicos que atendam a necessidade do aluno para que o professor não tenha que improvisar o que por lei já está garantido para estes alunos, inclusive para Ana.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. *Qualitative Research for Education*. Boston, Allyn and Bacon, 1982.

BRACHT, V. *A constituição das teorias pedagógicas da educação física*. Caderno Cedes, ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Lei Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. *Plano Nacional de Educação de 2001*. Brasília, 2001.

BRASIL. INEP. *Censo Escolar*, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/básica/censo/default.asp>>. Acesso em: 09 de Dez. de 2014.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

COLL, CÉSAR; MARCHESI ÁLVARO; POLACIOS, JESUS (Org). *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. 2 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. *Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v19, n. 2, p. 163-180, 2005.

DAMAZIO, Marcia da Silva. *Educação Inclusão e o Papel da Educação Física no Contexto Escolar*, s/d.

GOODE e HATT, K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. *Atividade Física Adaptada*. Barueri. SP: Manole, 2005.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Epu, 1986.

MANTOAN. M. T. E. *A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuição para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E.G. *A Educação Inclusiva e a Universidade Brasileira*. Disponível em <http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf>. Acessado em 26 de Novembro de 2014.

_____. *Inclusão Marco Zero: começando pelas creches*; Araraquara. SP: Junqueira & Marin, 2010.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. *Educação física adaptada: Introdução ao universo das possibilidades*. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). *Atividade física adaptada*. Barueri: Manole, 2005.

RODRIGUES, D. *A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas*. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, n. 24/25, p. 73-81, s/d.

RODRIGUES, David. *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

ROSSETTO, E. *Processo de Inclusão: um grande desafio para o século XXI*. Disponível em: <http://www.presidentekennedy.br/rece/trabalhos-num3/artigo09.pdf>. Acessado em 26 de Novembro de 2014.

SATO, C.; CARDOSO, A. M.; TOLOCKA, R.E. *A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares: Receio ou Coragem?* In: VENÂNCIO, S.; AUGUSTO, D. I. L. S. *Pedagogia do movimento: coletânea de textos*. Campinas: Unicamp – FEF/DEM, 2002.

SAHFFER, D. R. *Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

STRAPASSON, Aline Miranda. *A Educação Física na Educação Especial*. Pato Branco: FADEP, 2007.

STUBBS, M. e DELAMONT, S. (orgs). *Explorations in Classroom Observation*. London, John Wiley, 1983.

WINNICK, J.P. *Educação Física e Esportes Adaptados*. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

ZANELLA, M. N. *Programa de Pós-Graduação em Educação Especial*. Disponível em <http://www.ufscar.br/~cech/ppgees/propobje.htm>. Acessado em 26 de Novembro de 2014.